

reforma eleitoral; extinção do tráfico de escravos; reforma judiciária. Corria a frase irônica de que os seus arautos "eram capazes de reformar até a Bíblia". Não chegaram a tanto, mas regularam, pelo menos, a disciplina dos conventos e seminários.

A retomada do desenvolvimento foi imediata.

Relatório de uma Comissão de Inquérito em 1860 sobre o meio circulante atribuiu o fato ao impedimento da importação de escravos, que fez "afluir à praça capitais empregados nessa transação ilícita".

Houve uma subida extraordinária dos preços das ações de todas as Companhias. Estabilização cambial, declínio nas taxas de juro, e um surto de progresso em todos os setores: agricultura, indústria e comércio. Restaurou-se a confiança no novo Banco do Brasil, criou-se o Banco Mauá. Novos empreendimentos foram implantados: o primeiro telegrafo, a primeira estrada de ferro; as primeiras estradas macadâmicas; a iluminação a gás. Precisaríamos dizer mais?

Uma política externa bem conduzida conseguiu o equilíbrio possível nas relações com o Prata.

Internamente a conciliação restabeleceu a paz, encerrando, definitivamente, o ciclo das revoltas no Império, que jamais voltaram a acontecer. A proposta atual não chega a tanto, Sr. Presidente. O que se sugere não é a participação da Oposição no Governo, embora na prática isso já esteja acontecendo. O poder de execução já está repartido neste País. Foi repartido pelo povo em 15 de novembro. O que se propõe agora é apenas um diálogo. Diálogo que se fará de qualquer maneira e que minimizará o nível público buscará outros caminhos e se realizará nas ante-salas, nos encontros de trabalho. É que aquele poder de execução, hoje compartilhado, hoje exercido em regime de condomínio guarda uma solidariedade estrutural, básica e irrecorrível com um sistema de vasos comunicantes. O que é bom para o Brasil é bom para São Paulo, Paraná, Minas e outras potências e vice-versa; o que é ruim para São Paulo é ruim para o Brasil.

Nem vou discutir, pois, o chavão escapista, nobre Senador Alvaro Dias, e ultrapassado dos que se negam a um envolvimento para não parecerem "subgerentes da crise" (sic). Como por absurdo também seria tomada uma escusa a qualquer título do Governo Central em colaborar com as administrações de oposição para o enfrentamento das dificuldades que lavram igualmente em seus Estados.

Tenho, pois, por imperioso e urgente, esse diálogo. Há que se operar por consenso a coisa pública durante largo período, inclusive para adaptação das leis às novas condições do país e dar fluência às virtudes e forças imanentes da democracia surgente.

Fica sem desenvolvimento, fica trêpico e claudicante, e manco e confuso, o regime democrático instruído por normas e regras que balizaram um ciclo autoritário, tornando-se presa fácil de seus inimigos de todos os tempos.

É preciso encurtar, pois, a distância entre o país real e o país legal — o que não está muito difícil porque estamos navegando no sentido da corrente: é muito mais raro uma democracia de fato com um autoritarismo nominal do que o seu inverso.

Há, pois, necessidade imediata de uma adaptação das leis e, acima de tudo, de uma reforma ampla da Constituição da República. Se me perguntarem de que amplitude de fato, eu diria que, pelo menos, aquela bastante para saltar os atributos dinâmicos da democracia e desembaraçar a ação do Governo e aproximá-lo mais da nação e permitir a esta um espaço para as suas iniciativas. De que adianta, por exemplo, o consenso sem a restauração dos poderes do Legislativo, se lhe é vedada a iniciativa de leis sobre tantas matérias? De que vale o pluralismo sem a restauração do federalismo que é a sua época ou, do municipalismo, que é a democracia trocada em míticos, sem uma descentralização efetiva, sem uma desconcen-

tração da atividade econômica? De que vale, enfim, a participação sem a confiança no cidadão?

Parece que a discussão desse tema está presa pelas extremidades, isto é, os que não querem reforma alguma e os que só a admitem via Assembléia Nacional Constituinte.

Sem prejuízo de que essa tese seja sustentada *ad alterum*, eu digo que no momento há necessidade de avançarmos um passo. A Constituinte, embora desejável, não há de ser um tabu, um fetiche, capaz de estancar a ânsia de renovação geral. Diga-se, a bem da verdade, que nem sempre sua obra é perfeita. Tome-se como exemplo a de 1934. Não impediu que a Constituição produzida sofresse três emendas logo no ano seguinte, e o que é mais grave, não impediu o golpe de estado de 1937.

Quanto à oportunidade, ressalto que, além das grandes mudanças que atravessa a sociedade brasileira, criou-se, do ponto de vista técnico-jurídico, uma situação impar com a Emenda nº 22, que suprimiu os prazos do artigo 48 para tramitação de emendas à Constituição; permitindo um trabalho ativo e o esgotamento de todas as dúvidas quanto ao pacto social que dele resulta e ensejando condições à reforma do regimento, para este fim.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, uma nação nova brota das urnas como Minerva da cabeça de Júpiter. E sendo dotada de uma ciência preternatural saberá sublimar-se quando solicitada. E quando experimentada, haverá de transcender-se em prudência e criatividade, em zelo e entusiasmo, abrindo caminho nem imaginados pela nossa via filosófica, irrompendo no futuro com suas características, para fundar uma civilização dinâmica onde haja espaço para a justiça social e respeito ao dissenso.

O Estado não deve hesitar em evoluir sempre ao encontro dessa nação. A oposição deve largar a trema com que questiona cada milímetro dessa evolução e estimular o processo.

Este Congresso Nacional, reunido no pórtico de uma nova era, sabe que esses desígnios se cumprirão e providenciá-los, apenas, para que o acaso não se sobreponha à necessidade. (Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado.)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Luiz Viana, por cessão do nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LUIZ VIANA (Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Espero que o meu discurso não seja tão rumoroso quanto o do nosso colega que tão brilhantemente acaba de ocupar a tribuna. Devo dizer que nem pretendo adiantar o relógio da História e nem também acredito que alguém o consiga atrasar.

É objeto do breve discurso que pretendo fazer aqui uma apreciação sobre as sucessões presidenciais no Brasil. Veio-me essa idéia justamente ao ler a Mensagem do Senhor Presidente da República, naquela lúcida e meditada introdução que a precede, e na qual Sua Excelência declara que o consenso não deve ser voltado para os problemas menores, mas, sim, para os grandes problemas do País.

Ora, Sr. Presidente, não sei de problema mais grave, de problema mais sério, mais carregado de elementos de perturbação, em toda a história republicana, do que as sucessões presidenciais. Elas, sempre que não conduzidas dentro de um espírito de entendimento, de consenso, que atendessem às aspirações de paz, de tranquilidade, de progresso do País, desgastaram em graves perturbações.

Começa com o episódio de Deodoro. É natural que todos nós tenhamos a idéia de que a eleição de Deodoro, Proclamador da República, haja sido uma eleição tranquila. Longe disso. Na Constituinte, formara-se uma corrente que tinha como um dos líderes o General e Senador pelo Estado de Pernambuco, José Semião, e se reuniu em torno da figura austera de Prudente de Moraes. Consequência disso foi que a bancada de São Paulo julgou o seu dever apoiar Prudente contra Deodoro.

Não é um fato de somenos importância. Campos Sales, republicano histórico, ao dar o seu voto a Prudente de Moraes, contra Deodoro, declarou peremptoriamente que o fazia sabendo cometer o maior erro político da sua vida. Tinha uma visão realmente perfeita do problema. Não demorou muito para que tivéssemos a dissolução do Congresso, a deposição de Deodoro, depois a volta do Congresso, com a Revolta da Esquadra e a posse de Floriano Peixoto.

O que foi o Governo Floriano Peixoto, acho que será desnecessário acrescentar aqui qualquer nota, tanto são conhecidos os episódios de perturbação, de inquietação, de luta, que marcaram a vida republicana daquela época.

Não foram poucos os que pretendiam que Floriano se perpetuasse no poder, e talvez tal não tenha acontecido, por causa da enfermidade de que foi vítima e que o matou pouco depois de deixar o Governo.

Surgiu, então, novamente, a candidatura de Prudente de Moraes. Não era uma candidatura de paz; longe disso, era uma candidatura de oposição a Floriano, e cambiada por todos os adabos de Floriano Peixoto. A consequência disso, nós sabemos que foram quatro anos de perturbação na vida brasileira. Tivemos Canudos, tivemos a revolução federalista, tivemos a ruptura do sistema republicano com a cisão do partido chefiado pelo eminente representante de São Paulo, Francisco Glicério. E foi justamente em consequência desse enfraquecimento de Prudente, da fraqueza em que se viu o Governo Federal, que emergiu com uma solução, digamos, natural, conciliatória, o nome de Campos Sales.

Campos Sales, quando alcança o Governo da República, é um nome de conciliação, é um nome que se opõe a Prudente, não é o candidato de Prudente. Mas Prudente, àquele tempo, já não tinha qualquer elemento político, não tinha força para impor um candidato contra a política de São Paulo, chefiada por Francisco Glicério. Deu-se assim, um interregno de paz. Apesar de todas as conturbações que a política financeira trouxe ao Governo de Campos Sales, ele foi um Governo politicamente forte, através do que se chamou, do que ficou na história, como a política dos governadores. Mas Campos Sales teve a preocupação — e eu desejo chamar a atenção sobre isso — dar ao País um Presidente, um sucessor que pudesse continuar a sua política de pacificação. Para fazê-lo, ele teve que enfrentar os elementos republicanos, que eram infensos ao seu candidato Rodrigues Alves, conselheiro da monarquia e, portanto, não integrado entre os que se chamavam "republicanos históricos". Entretanto, no livro que escreveu, intitulado "Da propaganda à Presidência", Campos Sales deixou bem marcado que a sucessão presidencial era o grande eixo da política brasileira, era o fato mais importante da vida da Nação. "E continua a ser", foi expressão também usada por Quintino Bocaiuva, quando veio a candidatura do Marechal Hermes, e acentuou que "naquele momento se deslocava o eixo da política brasileira".

Num livro relativamente recente, o eminente Dr. Afonso Arinos assinala que o fato mais importante da política brasileira, durante toda a República, haviam sido as sucessões presidenciais. Mas Campos Sales, como eu aqui acentuava, considerou que era mais importante para o País, mais importante para a vida nacional, que se desse a chefia do governo, a chefia da República, não a um republicano histórico, mas àquele que fosse realmente o mais capaz de servir ao Brasil. Quería, assim, evitar aquilo que se dera antes, da sua própria sucessão. Então, ele declara nesse trabalho preliminar, dizendo que "ninguém recusará preferência no histórico, mas é essencial a competência do administrador calmo e prudente, capaz de uma política de moderação, tolerância, concórdia, aspirando ao apaziguamento dos espíritos, para atender aos grandes interesses reais da República".

Foi nessa base que se chamou a candidatura de Rodrigues Alves. E Rodrigues Alves, ao aceitar a candidatura, manda a Campos Sales uma carta que define o seu espiri-

to, a sua maneira de ser como homem público do Brasil. Dizia ele a Campos Sales:

"Sei que V. Ex.^a conhece a minha índole pacífica, o meu espírito de tolerância, a minha vocação para harmonizar, em vez de separar. E daí, talvez, que veio a idéia do meu nome."

Teve ele como Vice-Presidente Silviano Brandão, ilustre líder, então, da política mineira, que, entretanto, faleceu pouco depois de assumir as funções de vice-presidente, tendo como substituído o eminente Dr. Afonso Pena.

Rodrigues Alves, cuja obra administrativa é tão proclamada, reconhecida, justamente louvada e aplaudida pelo País, iria tropeçar justamente nas dificuldades financeiras, as dificuldades que se opuseram à prosperidade do café.

É justamente aí que surge, então, o famoso Acordo ou Convênio de Taubaté. O Convênio de Taubaté, que reúne os interesses de São Paulo, os interesses de Minas Gerais e os interesses do Estado do Rio de Janeiro, então grande produtor de café, teve como consequência o perimento da autoridade política de Rodrigues Alves, que se opusera àquele convênio.

Justamente na base desse convênio que se foi buscar a candidatura de Afonso Pena, aliás, a duas candidaturas mais difíceis na vida brasileira, uma vez que, dentro da própria política mineira, havia elementos da maior importância, como Carlos Peixoto e João Pinheiro, que se opunham à candidatura Afonso Pena, candidatura esta que somente vingou por esse fato realmente singular na vida do Brasil: a recusa do Governador de Minas, Francisco Sales, em aceitar a Presidência da República, que lhe era insistentemente oferecida pelos mais prestigiosos elementos políticos da vida brasileira. Sabe-se que Rosa e Silva mandara Antônio Coimbra oferecer a Presidência a Francisco Sales. O próprio Pinheiro Machado mandou oferecer a Francisco Sales a Presidência da República. Entretanto, talvez com modéstia, ele se considerava ainda uma figura de província. Achava ainda não ter alcançado aquela altitude, aquela maturidade, aquela repercussão na vida nacional do Brasil que lhe autorizava a aceitar a suprema magistratura do País. E também, inabalavelmente, a todos os emissários que o procuraram em nome da política federal — e não foram poucos — ele respondeu: "Minas só tem um candidato — Afonso Pena".

Do episódio é esclarecedor o que escreveu Gilberto Amado:

"O Senador Rosa e Silva, chefe da política pernambucana e centro de gravitação de poderosas influências em vários Estados setentrionais, incumbido do Dr. Estácio Coimbra, seu lugar-tenente, de ir a Belo Horizonte levar a segurança do seu apoio e de seus amigos do Norte ao nome do Presidente de Minas para sucessor de Rodrigues Alves.

Dias depois o Palácio da Liberdade recebia o emissário de Rodrigues Alves, para consultar se afastada a candidatura Bernardino de Campos por espontânea desistência deste, o Partido Republicano Paulista, tendo à sua frente o Presidente da República, poderia lançar a candidatura Francisco Sales e iniciar as *démarches* junto aos chefes políticos dos demais Estados como candidato de conciliação.

A resposta de Francisco Sales a ambas as embaixadas foi a mesma. Não vacilou um instante. Não pediu prazo para pensar nem para consultar amigos. Agradeceu desvanecido a demonstração de confiança na política mineira. Achava acertado procurar-se em Minas o candidato de conciliação. Os mineiros eram, por índole e tradição, moderados e conciliadores. Não se julgava, todavia, com direito a aspirar à mais alta magistratura do país, quando Minas contava com outros políticos de mais serviços e de mais experiência. Ele, ainda era um político de Província. Não conhecia de perto os meandros da política nacional nem os graves problemas

da administração federal. Pedia vênias para lembrar que, depois da celebração que se levantou e do sacrifício de nomes de brasileiros eminentes, como Bernardino de Campos, o povo estava esperando um nome de repercussão nacional. Se era conhecido em Minas, em São Paulo e no Rio, não o era no resto do país."

Fez-se, assim, a candidatura Afonso Pena, que, de algum modo, era uma surpresa para o mundo político ou para uma parte do mundo político. Conta-se até um episódio, que reproduzo aqui, para amenizar um pouco este discurso, que Bernardo Monteiro, a pedido de Rodrigues Alves, foi a Belo Horizonte convidar Afonso Pena para vir até o Rio de Janeiro conversar com o Presidente da República. Vieram juntos, como acontecia naquele tempo, no noturno mineiro. Ao chegarem à Central do Brasil, era verdadeiramente um deserto. Não havia ninguém esperando Afonso Pena. Então, conta-se que Bernardo Monteiro voltou-se para Afonso Pena e lhe disse: "Dr. Pena, se soubesse aqui o que sei, isto aqui era uma multidão". Realmente, ele vinha para ter a palavra definitiva de Rodrigues Alves, e se tornar o Presidente da República do Brasil.

No entanto, entrava numa cisão com a política de Rodrigues Alves, que teve, verdadeiramente, ou sob o ponto de vista político, um fim melancólico, com o Catete vazio, poucos amigos o procurando, por mais que ele tivesse procurado dar uma derrota que amargava, adirindo decididamente à candidatura Afonso Pena. Aliás, Afonso Arinos chama isto a "golpe de mestre" de Rodrigues Alves, isto é, não confessar a derrota que havia sido vítima na vida política brasileira.

Não faltaram, entretanto, a Afonso Pena, elementos que ficaram solapando a sua política a sua administração, talvez a começar por Pinheiro Machado, já aquele tempo erigido na maior figura do Parlamento, do Congresso, a mais prestigiosa figura da cena política brasileira. Pinheiro Machado, de certo modo, aspirava, já àquele tempo, à Presidência. Quando sentiu que os seus esforços para fazer um candidato da sua preferência, que uns dizem ser Rui Barbosa, enquanto outros apontam, ser a volta de Campos Sales, indicado por Pinheiro, dizem com o objetivo de dividir a política paulista, que passava, assim, a ter no seu síco aquele elemento de embaraço ou de constrangimento diante do Governador de São Paulo, também aspirante à candidatura: Bernardino de Campos, quando ele sentiu que não poderia levar a bom termo essa candidatura, aparece então, com o nome do Marechal Hermes da Fonseca. Qual a consequência dessa candidatura, todo o Brasil sabe. Por um lado, foi o mais brilhante, proporcionando ao Brasil aquele singular espetáculo cívico, a Campanha Civilista, espetáculo memorável, incomparável em toda a vida republicana do Brasil. Mas, de tal maneira o país se conturbou que, mal o Marechal Hermes assume a Presidência da República, já era flagrante que se tornava necessário polarizar as forças políticas em torno de algum candidato à Presidência da República, para preencher um vazio que era pernicioso à vida pública brasileira.

Naturalmente, algumas coisas havia acontecido antes disso. Havia acontecido a derrota do candidato do Presidente, que era David Campista, aquela figura extraordinária de intelectual, de homem de letras, de homem culto, que passava como amante das belas artes, da música, da boa conversa, enfim, tudo que podia marcar uma privilegiada personalidade de homem de inteligência e de cultura. Entretanto, chamo a atenção de V. Ex.^{as} para esse ponto. Costumo dizer, pela minha experiência — ali eu falo pela minha experiência — que o ótimo costuma ser o inimigo do bom. Quando afastamos o bom em busca do ótimo, muitas vezes perdemos o ótimo e também o bom.

Ruy Barbosa se insurgiu contra Campista, ele que era o mais alto intelectual do Brasil, ele se voltou contra

Campista, atirou-se contra Campista. E conhecia a carta a Pinheiro e Azeredo naquela circunstância.

Mas, afastando Campista, que era a grande figura não de estadista, apenas, mas de intelectual, sobretudo de estadista, pela obra financeira que ele havia realizado em Minas Gerais e continuara a realizar no Ministério da Fazenda de Afonso Pena, Ruy Barbosa, involuntariamente, é evidente, abriu caminho para a entrada do militarismo no Brasil. Foi por essa porta, justamente aberta pelo eminente Senador conselheiro Ruy Barbosa, que o militarismo entrou inicialmente na política brasileira.

Mas, como eu dizia, Sr. Presidente, era tão visível aquela conturbação nacional provocada pela candidatura, pela campanha que Hermes não tinha mais nenhuma força para fazer ou para impor o seu sucessor.

Aí aparece, inicialmente, a candidatura de Pinheiro Machado, promovida, ou, pelo menos, inicialmente trabalhada pelo Senador Antônio Azeredo. Foi S. Ex.^a que se dirigiu ao Governador de Minas Gerais, Bueno Brandão, que já havia a esse tempo, aceito a chapa Campos Sales, novamente lançada por Pinheiro Machado, Veneslau Braz. Aí, nós temos um parêntese sobre os problemas da Vice-Presidentia.

Mas, embora já assim comprometido, ele recebe uma carta de Antônio Azeredo, dizendo que Pinheiro Machado não desejava ser o Presidente, não ambicionava ser o Presidente, mas que o Presidente Hermes da Fonseca considerava a fórmula Pinheiro-Bueno Brandão uma fórmula felicíssima. O que faz Bueno Brandão, que era o Governador de Minas Gerais, e, portanto, grande autoridade na política daquela época? Ele responde numa carta, modelo de habilidade política — não quero dizer de habilidade mineira — na qual ele diz: "Nada tinha a opor à candidatura do nosso eminente chefe" — o eminente chefe era Pinheiro Machado, cujas qualidades, cujos trabalhos, cujos sentimentos republicanos tanto o credenciavam para a Presidência da República. Entretanto, ele nada podia fazer, nenhuma posição podia tomar antes de consultar o seu Partido. O seu Partido era o PRM conhecido como a "Farasca", se não estou em erro, por isso estou pedindo as luzes do nobre Senador Itamar Franco, que confirmará ou não.

Mas, nessa mesma ocasião, as forças paulistas não viam bem a candidatura de Pinheiro Machado. Rodrigues Alves promove a ida de Cincinato Braga a Ouro Fino, cidade mineira limítrofe de São Paulo, onde Bueno Brandão veraneava, ou gozava férias. Então leva a Bueno Brandão o ponto de vista de São Paulo contra a candidatura de Pinheiro Machado, ponto de vista para o qual pedia o apoio de São Paulo. É realmente a primeira vez que se nota, em toda a sua configuração, em todas suas linhas principais, o início daquela política que ficou conhecida como a "política do café com leite".

E Cincinato, ao voltar da sua missão, o que diz a Rodrigues Alves, como súmula, naturalmente, daquelas longas conversações, é que Minas tinha dois pontos de vista: primeiro, não apoiaria Pinheiro e, segundo, não aceitava a Vice-Presidentia. E daí se inferia que Minas queria a Presidência. Queria e teve. Af ela se tornou, como foi notório, na época, o ponto de confluência, a chave mestra de toda a solução política do Brasil, naquele momento. Não houve como evitar isso. E apenas vou fazer aquele parêntese, a que me referi, sobre a Vice-Presidentia.

São Paulo aceitou a chapa Campos Sales-Weneslau; Minas queria a chapa — dizia aceitar — Campos Sales-Weneslau. Resultado: a coligação vetou a primeira chapa e o PRC vetou a segunda, e assim desapareceu nas vagas, nas ondas da Vice-Presidentia, a candidatura presidencial de Campos Sales. Campos Sales, que estava apontado, era tido como um candidato vitorioso, teve o seu nome justamente sacrificado, dada a impossibilidade de se chegar a um acordo em torno da Vice-Presidentia ou do Vice-Presidente que ele devia ter.

É nesse momento, pouco depois da morte do próprio Campos Salles, que surge a candidatura de Wenceslau Braz. Conta-se que, Sabino Barroso, acompanhado de Tavares de Lyra, procurara Pinheiro, para sugerir ou lembrar o nome de Wenceslau Braz. Então, de Pinheiro Machado, que era realmente um homem de uma inteligência profundamente aguda, e às vezes irônica, voltou-se para aqueles emissários políticos e disse: "Vocês, quando falam em acordo, trazem sempre no bolso o nome de um mineirinho", o mineirinho era Wenceslau Braz. Pinheiro não deu a resposta imediata, disse que iria dá-la depois. Teria consultado, segundo se diz, nesse mesmo dia, o Marechal Hermes, Presidente da República, e à noite, numa recepção que havia no Itamaraty, anunciou que estava disposto a aceitar a candidatura Wenceslau Braz. Surgiu assim, essa candidatura, como uma candidatura de paz, uma candidatura capaz de dar tranquilidade que, aquele momento, se esperava para o Brasil, quando já havia, nos horizontes, os primeiros prenúncios da conflagração mundial, que se estendeu até 1918.

Voltamos aí à candidatura Rodrigues Alves, já doente, já visivelmente sem condições de assumir e que dourem quem aquele período que foi chamado da Regência Republicana.

O Sr. Luiz Cavalcante — V. Ex^a me permite, eminente colega?

O SR. LUIZ VIANA — Com muito prazer.

O Sr. Luiz Cavalcante — Já que V. Ex^a já saiu do período Wenceslau Braz, eu me permito lembrar, não a V. Ex^a, que sabe a História do Brasil de cor e salteado, permito-me lembrar, talvez, a um único colega que não conheça o episódio, o que se passou com o Marechal Hermes na Presidência de Wenceslau Braz. Terminou o Governo o meu ilustre camarada, Marechal Hermes, impopularíssimo. Nenhum Presidente, ao termo do mandato, foi tão — e a palavra é esta mesmo — execrado como o Marechal Hermes da Fonseca, ridicularizado. A cantiga "A Careca do Dudu", os mais velhos, os da minha faixa, ainda sabem a toada. Pois bem, mas mesmo assim, pela mão de Pinheiro Machado, Hermes da Fonseca disputou o Senado, pelo Rio Grande do Sul, e foi vitorioso, com mais de sessenta mil votos, contra Ramiro Barcelos, com apenas três mil e poucos votos. Uma vitória estupenda. Mas, tal a impopularidade de Hermes da Fonseca, no Rio de Janeiro, que ele refugiou-se na sua casa, em Petrópolis, e não teve coragem de assumir o Senado, acabando por renunciar à cadeira. Isso mostra a força da opinião pública. O episódio, também, parece-me, foi o marco do arrefecimento do militarismo, no Brasil, durante muitos anos. Perdoe-me, V. Ex^a essa descabida intervenção. Muito obrigado.

O SR. LUIZ VIANA — Agradeço a V. Ex^a essa valiosa contribuição, que tanto vai ilustrar o meu discurso; e que permite que eu faça, também, um pequeno retrocesso, aqui, com as notas, para mostrar a preocupação que havia na Velha República, com os políticos daquela época, de evitar as lutas demasiadas, que eles sabiam malféticas ao País.

Quando Brandão, por exemplo, insiste com Hermes para aceitar a candidatura Wenceslau, ele diz: "Evitando lutas quase sempre prejudiciais aos interesses do País". E Campos Salles, ao se referir à iniciativa que havia tomado Pinheiro Machado, com o apoio de Bueno Brandão, em favor da sua candidatura, também se insurge dizendo que só podia aceitar a sua candidatura se ela fosse uma candidatura de conciliação nacional; porque, dizia ele, ficaria assim resolvida a crise que vem perturbando a política do País, que tanto precisa de paz e tranquilidade aos espíritos.

Assim, vemos que há uma preocupação, há uma nota mais ou menos constante, em torno da escolha dos Presidentes da República, para esses, tanto quanto possível, pelo menos, fossem a confluência de grandes setores, dos maiores setores da vida pública, da vida política nacional. Não foram as lutas que fizeram a grandeza do Brasil, o que fez a grandeza do Brasil foram justamente aqueles períodos em que nós conseguimos a paz política para a Nação.

Mas, Sr. Presidente, continuo. Disse a V. Ex^a, o chamei aqui a atenção, que depois de Wenceslau teria vindo a candidatura de Rodrigues Alves, que não chegou a se empossar, e dela se passando para a candidatura Epitácio Pessoa. É curioso, aliás, que Epitácio Pessoa tivesse tido um apoio decidido dos mineiros. Raul Soares talvez tenha sido — e diz-se que foi — o grande artífice da candidatura Epitácio, uma vez que ele pretendia ou ele já tinha as vistas voltadas para a candidatura Arthur Bernardes, mas que aquele momento ainda era prematuro. O nome que emergiu imediatamente foi o de Altino Arantes, que era o Governador de São Paulo, Presidente de São Paulo, como se dizia aquele tempo, um jovem homem de quarenta e poucos anos, e que fazia administração realmente brilhante em São Paulo. Mas foi alegado — sempre há alguma alegação a fazer — que não ficava bem, que depois de uma chapa paulista-mineira, isto é, Rodrigues Alves e Delfim Moreira, se colocasse um novo presidente paulista, voltando-se então à mesma fórmula de presidente paulista e vice-presidente mineiro. Raul Soares sem dúvida, uma das grandes figuras da política brasileira, morreu no Governo de Minas, quando para ele se abriam aqueles mesmos caminhos que a morte barrou. Do mesmo modo, aquele outro grande mineiro que eu omiti aqui, lamentavelmente, que foi João Pinheiro. A morte representou para a política mineira, como também para o Brasil, realmente um prejuízo terrível, com a perda desses dois grandes estadistas, que foram João Pinheiro e Raul Soares.

Raul Soares, entretanto, se bateu pela candidatura Epitácio, e é interessante que o tivesse feito, porque numa carta publicada recentemente num livro de Oswaldo Trigueiro, ele dizia a João Pessoa, a propósito justamente das candidaturas que precederam a de Getúlio Vargas e Júlio Prestes, que a Paraíba nada devia à política de São Paulo ou à política de Minas, embora os presidentes paulistas tivessem sido melhores do que os presidentes mineiros.

Entretanto, é justamente Minas que vai levar para a Presidência aquela grande figura que João Mangabeira considera a maior intelectualidade, a maior celebração que terá chegado à Presidência da República no Brasil.

Mas, Epitácio, por esta condição mesmo, sentia que devia ser um Presidente fraco, uma vez que tinha à sua ilharga, as duas grandes políticas de São Paulo e de Minas. E, por isso, ele não quis intervir. Solicitado para se pronunciar sobre isso, deixou um testemunho no livro que escreveu — *Pela Verdade* — no qual, aliás — já é uma transcrição da sua filha — escreveu Epitácio que, "em março de 1921, recebera em Petrópolis, Carlos de Campos, vindo da parte de Washington Luiz, que era o Presidente de São Paulo, que lhe mandava dizer que fora procurado pelo Dr. Raul Soares, pedindo esforços em favor de Arthur Bernardes, Washington, que nada respondera antes de conhecer o pensamento de Epitácio, respondia ao emissário do Presidente de São Paulo — diz Epitácio — e que na conformidade com os propósitos reiteradamente manifestados desde o início do Governo eu, de modo algum, me envolveria na escolha do meu sucessor".

Mas, quando tudo parecia levar a águas tranquilas a candidatura Epitácio Pessoa, surgiu a disputa em torno da Vice-Presidência da República: de um lado, a Bahia, pleiteando para J. J. Seabra; do outro lado, Pernambuco,

co, que pretendia a Vice-Presidência para Estácio Cunha.

Aí, a política daquele tempo, os políticos, as facções, os grupos...

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla. Fazendo soar a campainha.) — A Mesa solicita a V. Ex^a que termine seu discurso, em virtude de seu tempo estar esgotado.

O SR. LUIZ VIANA — Em cinco minutos, terminarei.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Eu ficarei sobremaneira agradecido a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Eu é que agradeço a V. Ex^a, pela tolerância que tem tido, mas posso assegurar que, em cinco minutos, estará encerrado o meu discurso.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Obrigado a V. Ex^a

O SR. LUIZ VIANA — Mas, como dizia, surgiu essa disputa da Vice-Presidência e, aí, foi inconciliável. Houve reuniões, fórmulas, sugestões — não cabe aqui enunciar-las, mas não se chegou a nenhum resultado. A consequência foi que Nilo Peanha, que havia desembarcado, dando até um viva a Arthur Bernardes ainda no cais, se tornou, com o apoio de Pernambuco, com o apoio da Bahia, com o apoio do Rio Grande do Sul, candidato da Reação Republicana.

Essa, não sei, é um pouco dos nossos dias; pelo menos, nós todos ouvimos o ruído dessa campanha gigantesca que foi a da Reação Republicana e que teve, como consequência, isolar o Presidente Bernardes no Palácio. Tais as cogitações que se seguiram: a primeira, ainda, no Governo Epitácio, com a rebelião de 5 de julho de 22; a seguinte, já no Governo Bernardes, em 5 de julho de 24, quando o próprio Presidente de São Paulo, Carlos de Campos, teve que deixar a Capital para se homiar no interior do Estado.

Então, a consequência daquela luta, a consequência da campanha presidencial entre Bernardes e Nilo, são 4 anos de luta, 4 anos de agitação, 4 anos de intranquilidade, para o País. Acho que são anos que, por mais que admiremos a firmeza dos homens, a coragem dos seus protagonistas, acredito que não tenham sido benéficos ao País.

Quero, aqui, trazer um pequeno depoimento porque, no meio da história, quando ela se aproxima para cá, eu já tenho alguma coisa pessoal: contava-me Octávio Mangabeira que, a 15 de novembro de 1926, quando se findava o período do Presidente Bernardes, ele, que havia sido seu amigo sobretudo na Câmara dos Deputados, achou que devia levar uma palavra de amizade, de apreço, ao grande Presidente Arthur Bernardes — e assim o fez. Lá chegando, Bernardes arrumava, ou desarrumava os últimos papéis no Catete e, nessa conversa com Octávio Mangabeira, ele lhe disse: "Dr. Mangabeira, eu sou o último Presidente que consegue se manter dentro da legalidade". Realmente, o estado de sítio era uma medida legal graças à qual ele se manteve. O seu sucessor, Washington Luiz, como sabemos, foi deposto, e o foi, em consequência de outra luta presidencial.

Para ver como nós sabemos pouco do dia de amanhã, de quem vai ser Presidente, de quem não vai, qual é o futuro de cada um, sobretudo dos mais jovens, que não é o meu caso, vou ler aqui um pequeno trecho, que acho não contrariará o tempo que me foi dado. Ele conta que na Câmara — isto é de Gilberto Amado — frequentemente encontrava, em colóquio, Getúlio Vargas. E diz assim:

Nesse ano de 1924 podia-se vê-lo freqüentes vezes em conversação com o novo líder da bancada rio-grandense — era Júlio Prestes —, homem ainda jovem, baixo, tronco, com um ligeiro desvio na

maneira de olhar, jeito plácido e sorridente, que chegava à representação nacional precedido de boa reputação, mas sem estrondo ou movimentação de gáudio. Chamava-se Getúlio Vargas. Minha memória se entremete, como diante de um dístico antigo, em evocar aquele par de amigos formado pelo líder de São Paulo, a quem já se prezidia a Presidência da República, e o do Rio Grande do Sul, em cuja figura modesta, neutra de aparência, não se podia ler nenhuma indicação das formidáveis possibilidades de que era portador.

São as surpresas da vida política, que vai encontrar os seus eleitos onde muitas vezes os seus contemporâneos, os seus circunstantes não imaginam. Quem poderá saber, aqui, se estamos diante de algum ou de alguns futuros Presidentes da República? Ninguém, nenhum de nós pode saber. Mas, desejo que assim seja e, sobretudo, o objetivo do meu discurso é mostrar que nós devemos todos, sem exceção, acima dos partidos, ter a consciência, pelo menos ter a consciência, de que tudo que pudermos fazer em benefício do consenso, em benefício da harmonia, em benefício do entendimento, será benéfico ao Brasil. Tenho ouvido falar em muitos candidatos, cada um com seus títulos, seus títulos ilustres, da política, pessoais, enfim, de várias ordens. Mas, a grande pergunta que me faço, e que deixo aqui colocada, é saber qual dos brasileiros é o mais indicado para fazer a felicidade do País? (*Palmas.*)

O Sr. José Lins — Permite V. Ex^{ta} um aparte? (Assentimento do orador.) — Sr. Presidente, não poderia passar em branco, sem um elogio, essa aula que o nobre Senador Luiz Viana acaba de nos dar. Ele se move entre os personagens da história, assim como nós, nordestinos, nos movemos entre os pobres da região. Apenas ele se movimentou com mais familiaridade.

O SR. LUIZ VIANA — Muito obrigado a V. Ex^{ta} pela generosidade com que tanto me cativa.

O Sr. José Lins — Compraz-me também a conclusão a que chega V. Ex^{ta} O País precisa realmente do consenso dos homens de boa vontade.

O SR. LUIZ VIANA — Muito bem a V. Ex^{ta} (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dall'a) — Concedo a palavra ao nobre Senador Severo Gomes, por delegação da Liderança do PMDB. V. Ex^{ta}, Senador Severo Gomes, disporá de 20 minutos, nos termos regimentais.

O SR. SEVERO GOMES (Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estamos todos conscientes de que o Brasil enfrenta uma crise sem paralelo em sua existência. As pressões internas, geradas pela degradação das condições de vida, que já explodem em manifestações de desespero — como ainda há pouco, em São Paulo — constituem sinais evidentes de que a estrutura social está submetida a tensões que ameaçam sua estabilidade. Não poderemos, por mais tempo, continuar trilhando os caminhos que nos levaram a este beco escuro, onde as classes pobres não encontram pão, e as outras se defrontam com a incerteza e a desesperança.

Tenho ouvido, nesta Casa, apelos tão conscientes quanto dramáticos para que todos nos irmanemos, sem distinção de partidos, na busca de soluções que afastem a perspectiva do caos. Na verdade, a convicção de que essa tarefa incumbe aos representantes do povo já é o primeiro passo no rumo da fórmula de redenção nacional. Nós recebemos, com nosso mandato, a delegação expressa para agir no sentido do bem comum. É nossa a responsabilidade, temos que assumi-la e, ao mesmo tempo, exigir que os demais poderes da república assumam por inteiro a parcela que lhes cabe. Não podemos nos excusar argu-

mentando que o problema está nas mãos das autoridades competentes, quando o resultado da pretensa competência é o desastre que aí está.

Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A exata compreensão da crise em que nos debatemos exige o conhecimento de suas causas reais, que remontam às raízes de nossa formação histórica. A crise brasileira não começou com o choque do petróleo, com o movimento de 1964, com o desenvolvimentismo de Kubitschek ou outros pretextos invocados a cada passo. Suas origens estão em nosso próprio modo de ser, nas características essenciais do tipo de sociedade que, até aqui, conseguimos construir.

Vivemos em um país em que o Estado surgiu antes do povo. Desde a Independência, grupos oligárquicos sempre se entenderam e conciliaram seus interesses, mediante a sistemática subordinação ou a pura e simples exclusão de tudo aquilo que pudesse contrariar seus propósitos. Sempre manobram a máquina do estado para bloquear o surgimento de qualquer forma espontânea de solidariedade social, de organização da sociedade civil e de formação de forças políticas que pusessem em risco a supremacia do Estado. O Estado das oligarquias, que se autodenomina "elites". Essa crítica tem sido feita, reiteradamente, pelos mais respeitados estudiosos de nossa história. Veja-se, por exemplo, como a Independência foi caracterizada pelos historiadores Carlos Guilherme Mota e Fernando Novais:

"No limite do processo, dizem eles, a conciliação entre as forças da repressão e as da revolução provocou no Brasil a emergência de um Estado nacional escravista e fortemente assessorado pela diplomacia inglesa."

Verifica-se, assim, que o mal de hoje não é tão novo: já em 1822 a estrutura de dominação interna articulava-se com a dependência externa, tornando impraticável o aperfeiçoamento das instituições políticas e sociais que poderiam permitir a expressão e a implementação dos anseios majoritários a favor do progresso e da justiça. O divórcio entre o Estado e a Nação tem sido uma constante em nossa história, raramente interrompida por efêmera primaveras.

A debilidade das forças sociais internas, sufocadas pela pressão do Estado, haveria de ter por consequência a fraqueza do próprio Estado, no confronto com as pressões externas. No curso dos tempos, foi sempre difícil identificar as questões verdadeiramente nacionais, porque elas foram reprimidas pela associação dos interesses estrangeiros com os das oligarquias locais.

Nas últimas décadas, essa confusão de interesses agitando-se, impulsionada pelas circunstâncias da segunda guerra mundial e, posteriormente, pela emergência da chamada guerra fria. Exemplo chocante desse embaralhamento de conceitos está nas conclusões a que chegou o Estado-Maior do Exército, em janeiro de 1943, durante um afastamento temporário do General Gois Monteiro.

"O Brasil e as outras nações da América — afirmava o Estado-Maior — representam um papel e um valor secundários: suas ações e suas atitudes são forçosamente condicionadas pelos Estados Unidos, dos quais eles dependem para tudo. Por isso, toda a orientação que o Brasil poderá adotar, no futuro, será subordinada a essa relação, seja no domínio político, econômico ou militar (1)".

Anotem bem: O Estado-Maior do Exército atribuía ao Brasil um papel e um valor secundários. Em consequência, propunha a nossa subordinação, em todos os campos, a uma potência estrangeira. Esse documento resume a história inteira de nosso País, sob a óptica míope das nossas autodenominadas elites. Mais do que isso, é preciso destacar o fato de que tais elites cunharam e nos impuseram ao longo do tempo duas teses centrais e comple-

mentares entre si. A primeira é a que define o papel reservado aos próprios oligarcas. A segunda é a doutrina da sociedade sem antagonismos.

A visão das "Elites" como força condutora de nossa História predominou e predomina em amplas camadas civis e militares. Mas é no texto do manual básico da Escola Superior de Guerra — escola cuja influência ninguém pode desconhecer — que essa ideia ganha uma nitidez descontrada. Eis o que se lê no referido manual:

"os grandes movimentos da História brasileira foram sempre manifestações de elites. A campanha abolicionista, a independência, a república, são exemplos nítidos. A adesão do povo às atividades precursoras e de apoio a esses movimentos tem sido tão discreta que não chega a configurar uma participação marcante... A conjuntura, além disso, conduziu esses fatos para o campo das decisões de cúpula... Parece, pois, que a História brasileira dá relevo ao papel das elites na formulação dos objetivos nacionais".

Essa concepção sobre a primazia das elites como força de nossa História tornou-se a tal ponto preponderante que veio a se corporificar no próprio texto da Constituição. De fato, o art. 89 de nossa Lei Magna atribui ao Conselho de Segurança Nacional competência para "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional".

Nessas idéias abstrusas sobre o papel das "elites" se localiza a causa de permanecer até hoje inacabado o processo de nossa independência. Dai decorre, igualmente, a república que conhecemos.

Esse pensamento, antipopular e antinacional, gira solidariamente com a segunda tese a que me referi, ou seja, a imagem, tantas vezes repetida, do país das harmonias, que jamais reconhecemos os conflitos de interesse entre as diversas classes, grupos e categorias sociais. Ao país formal que ignora a existência de tais conflitos corresponde o país real em que as divergências sociais são submetidas por meio da opressão, do arbítrio e da violência. Assim sendo, na medida em que esses antagonismos não apareceram à luz do sol, ficou mais fácil, para os grupos dominantes, impedir a mobilização e a manifestação da vontade popular.

Esse impedimento da mobilização e da manifestação da vontade popular é o grande embuste histórico que anestesiou a evolução política nacional. Todas as nossas "conciliações" foram acertos de cúpulas, aliás, magistralmente bem descritas pelo ilustre Senador Luiz Viana, feitos quando os inconformismos se acirravam — e sempre passando ao largo dos reais interesses do povo.

No entanto, o Brasil conheceu muitos movimentos populares, que a historiografia oficial se encarregou de esconder ou mistificar. As ações revolucionárias, republicanas e abolicionistas, de Frei Caneca a Théophile Ottoni, da praieira ao fartapros, foram sempre repletadas à luz dos interesses dos donos do poder. A intervenção da cabanagem, que por cinco anos conflou a Amazônia, mereceu de Rocha Pombo apenas algumas linhas, e no rodapé da página. E a saga dos Quilombos ainda está para ser escrita.

Não trago essas lembranças para insinuar que a História poderia ter sido muito diferente, ou sem a consciência de que essas forças centrifugas poderiam ter fragmentado o território e a sociedade que hoje constituem as bases de nosso projeto nacional. Relembro para demonstrar que os conflitos não desembocam necessariamente na destruição revolucionária, nem significam uma espécie de doença que precisa ser curada ou extirpada. Ao contrário, eles são a vida. Pagamos um preço muito alto, sob a forma do atraso na emergência da nacionalidade, pelas idéias corporativistas, segundo as quais as relações entre os grupos da sociedade devem ser controladas e policiadas pelo Estado.

(1) Estado-Maior do Exército, 3ª Seção, Secreto, 24-jan-1943, Vol. 40, doc. 15, Arquivo de Vargas